



Handwritten signature and number 7.

DATA DA REUNIÃO: DOZE DE JULHO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –
PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – FALTOU
POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento do email recebido no dia vinte e nove de junho findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, registado com o número seis mil oitocentos e sessenta e um, a comunicar que o Conselho Diretivo daquela associação deliberou no sentido da não indicação de quaisquer representantes da ANMP para a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa, prevista no artigo 13º da Lei 22/2012, de 30 de maio.-----

b) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de dois do corrente mês de julho, proferido ao abrigo de competência delegada, que decidiu suprimir trabalhos incluídos no contrato da empreitada denominada “Beneficiação e Retificação da rua 5 de outubro e Travessa 5 de outubro”, no valor de 21.866,00 € (vinte e um mil oitocentos e sessenta e seis euros), decisão essa que não confere ao empreiteiro o direito a qualquer indemnização em virtude dos trabalhos suprimidos não excederem 20% do valor contratual.-----

c) Para conhecimento da atividade da câmara municipal o senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de vinte e oito de maio findo que adjudicou à sociedade IportalMais, Serviços de Internet e Redes Lda o contrato de prestação de serviços tendo por objeto a consultadoria, configuração e implementação de workflows de cerca de trinta procedimentos relativos a obras particulares e loteamentos, pelo preço contratual de 12.780,00 € (doze mil setecentos e oitenta euros), mais IVA, já com a redução remuneratória legalmente prevista.-----

O parecer prévio favorável da câmara municipal consta da deliberação de onze de abril último.-----

d) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social



A

df

Democrata foi dito:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata gostariam que o senhor presidente confirmasse a cessação de funções do senhor comandante da Policia Municipal, tarefas que exercia suportado na empresa UsarOrdem e, no caso de se confirmar esta cessação, quem e em que condições se efetuou a sua substituição.-----

Confirmando-se a cessação de funções, e tendo em conta que até este momento não veio à reunião de câmara qualquer proposta para a sua substituição, os vereadores do Partido Social Democrata reiteram a sugestão que já apresentaram nesta câmara para que o próximo comandante da Policia Municipal seja requisitado ao Ministério da Administração Interna ou diretamente à PSP e/ou à GNR.-----

Os Vereadores do Partido Social Democrata adiantam uma segunda sugestão, que pode passar pela escolha de entre os atuais agentes da Policia Municipal de alguém que tenha o necessário perfil de liderança e de comando.-----

Ainda a propósito da Policia Municipal, referimos o seguinte:-----

Acerca de duas semanas o jornal de Santo Thyrsó divulgou uma notícia com o seguinte título: “Polícia Municipal não tem competência para multar”. Os vereadores do Partido Social Democrata têm certeza que a câmara municipal e o senhor presidente não ignoram o conteúdo desta notícia e por isso não a reproduzimos. No entanto, face à decisão judicial inserida no corpo da notícia, ficou claro para a opinião pública que a câmara municipal não tem competências administrativas para cobrar coimas provenientes de contraordenações em matéria de estacionamento. Os vereadores do Partido Social Democrata e os tirsenses em geral não compreendem o silêncio da câmara municipal e consideram intolerável que não tenham sido dados os devidos e exigíveis esclarecimentos que por um lado defendam a ação da Policia Municipal, mantenham a sua normalidade, e por outro, que deixem muito claro para os cidadãos quais as competências que nesta matéria a câmara efetivamente tem. O silêncio da câmara só pode ser entendido pelos cidadãos como



uma concordância expressa ao conteúdo da referida notícia”.

e) Seguidamente pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:

No âmbito das competências próprias, dou conhecimento do meu despacho de seis de julho de dois mil e doze que nomeou o agente mais graduado, Jorge Manuel Ferreira, como responsável pelas funções de comando da Polícia Municipal.

Relativamente à questão da notícia publicada no jornal de Santo Thyrso, o senhor presidente declarou o seguinte:

“Face à intolerável declaração dos senhores vereadores do Partido Social Democrata que nem sequer cuidaram de saber, previamente, do ocorrido, colhendo informações, vimos lembrar a V. Exas. que numa edição seguinte do referido jornal um autor “devidamente identificado” veio contrapor tudo o que foi escrito na primeira notícia.

Para esclarecimento vimos divulgar a nota de imprensa da câmara municipal de Santo Tirso, que foi enviada ao referido jornal, e que em princípio será publicada amanhã, em respeito dos seus leitores.

Informamos também V. Exas. que não costumamos tirar conclusões com base nas notícias de jornais, cuja responsabilidade é dos autores, nem sequer fazemos avaliações globais com base numa simples decisão”.

Nota de Imprensa – Polícia Municipal

Em resposta à notícia publicada no passado dia 29 de junho, “Polícia Municipal não tem competência para multar”, da autoria de Hêrnani Gomes, vem a Câmara Municipal de Santo Tirso, repor a verdade, alertando a população para as falsidades que constam da referida notícia.

O autor da notícia tenta fazer passar a mensagem, diga-se errada, de que a PM não pode autuar pela infração da falta de pagamento dos parcometros. Tal é completamente falso.

A PM tem competência para levantar autos de notícia e por conseguinte os infractores continuarão a ser sancionados com a aplicação de coimas.

A douta sentença citada apenas diz que a competência para a aplicação de coimas pertence à ~~Associação~~ ^{Autoridade} Nacional de Segurança Rodoviária. Apesar de entender que a douta sentença não se debruçou sobre questões fundamentais, como a lei das finanças Locais e a autonomia do poder local, consagrado na Constituição da República Portuguesa, e, que impunham uma decisão diversa, vai a PM respeitar e cumprir tal sentença, ou seja, continuará a levantar autos de notícia e a remetê-los à ANSR para efeitos de instauração do competente processo de contra ordenação e aplicação da coima.

Esclarece-se ainda o autor do texto, formado em direito, que os agentes da polícia municipal não são “meros fiscais”, pelo que, recomenda-se uma leitura atenta da Lei 19/2004.

Refira-se ainda que atuação da PM está conforme a lei, enquadra-se no âmbito das suas competências e pauta-se pelo desempenho imparcial, no cumprimento das suas obrigações sem dualidade de critérios, atuando perante as infrações e não mediante o tipo de pessoas que as comete, não distinguindo cargos profissionais ou sociais dos infratores.

Alguém que estaciona constantemente em locais proibidos e até em locais reservados a portadores de deficiência, deveria sentir vergonha de o fazer e de o apregoar publicamente. Mais, é do conhecimento de todos os cidadãos, que um lugar de estacionamento em zona tarifada, está sujeito ao pagamento de uma taxa e, como tal, deve ser pago. Todos os cidadãos que o usam, devem paga-lo. Logo, se o estacionamento é taxado, é para que todos usufruam desse estacionamento nas mesmas condições. Não há cidadãos de primeira e de segunda e por isso a exigência de pagamento de uma taxa devida não pode ser entendida como perseguição, como o autor do artigo supra mencionado quer fazer acreditar.

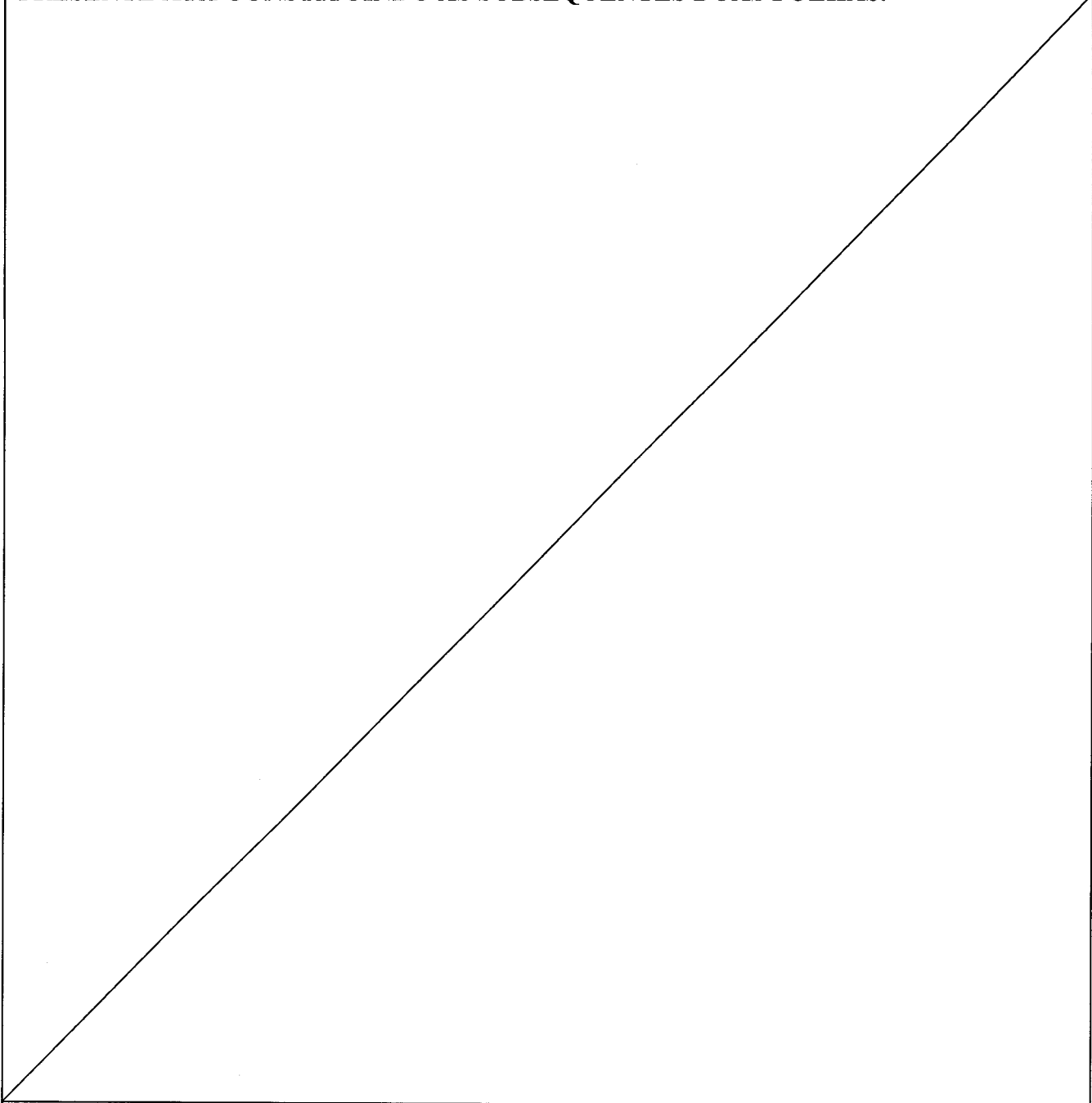
Esclareça-se ainda que não são “centenas” as coimas aplicadas pela Polícia Municipal de Santo Tirso ao Sr. Dr. Hernâni Gomes. São sim algumas dezenas, parte delas já regularizadas, não tendo recebido a Câmara Municipal qualquer sinal de impugnação das mesmas por parte do infrator. Nesse mesmo artigo publicado, o Sr. Dr. Hernani Gomes cita abusivamente uma sentença que em nada tem a ver com o seu caso pessoal, pelo que sua utilização é abusiva.

É caso para dizer que a "teimosia" apontada pelo autor não está do lado dos agentes municipais, que se limitam a cumprir com os seus deveres profissionais, mas sim do lado de quem teima em continuar a cometer, repetidamente, as mesmas infrações.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a long horizontal stroke and a vertical stroke.



LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/JULHO/2012 – ATA Nº 14

ORDEM DO DIA

8

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (27/06/2012)
- 2 – Minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 28/06/2012: conhecimento
- 3 – Assembleia de freguesia de Vila das Aves: Reorganização administrativa: Parecer previsto no n.º 4 do artigo 11º da Lei 22/2012, de 30 de maio: Conhecimento
- 4 – Expropriação de uma parcela de terreno destinada à obra denominada “Arruamento de ligação da Nova Ponte à EN 204 e à rua Alexandre Lima Carneiro” (Parcela 2): Pagamento de indemnização em dívida no montante de 464.995,72 €: Ratificação
- 5 – Construção de arruamento de acesso ao Polidesportivo de Água Longa: Alteração da área e delimitação da parcela de terreno identificada na deliberação da câmara municipal de 11/03/2009 (item 11 da respetiva ata)
- 6 – Programa Operacional Potencial Humano: Aprovação da candidatura n.º 071791/2012/23 – Formação Modulares Certificadas: Aceitação das condições de aprovação
- 7- Empreitada: “Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento – Reabilitação dos Edifícios da Quinta de Fora do Mosteiro de S. Bento”: Decisão de manutenção da adjudicação à sociedade Sá Machado & Filhos S.A.: Ratificação de despacho do presidente
- 8 – Empreitada: “Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento – Reabilitação dos Edifícios da Quinta de Fora do Mosteiro de S. Bento”: Aprovação da minuta do contrato
- 9 – Regulamento Municipal do Programa Ocupacional dos Tempos Livres
- 10 – Outros subsídios



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

9

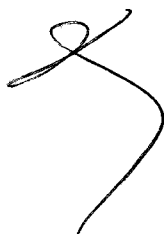


11 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços

12 – Processos de obras particulares e loteamentos

Santo Tirso, 6 de julho de 2012

O Presidente,





1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (27/06/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de junho findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----

2. MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28/06/2012: CONHECIMENTO.-----

Presente a minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e oito de junho findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Eleição do presidente da junta de freguesia de Roriz, Jorge Alberto Matos Leal, para representar as juntas de freguesia do concelho de Santo Tirso no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

- Aprovação da 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa da câmara municipal para 2012;-----

- Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 112 m², sita na Rua do Pinheirinho, freguesia e concelho de Santo Tirso;-----

- Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 581 m², sita no lugar de Paradela, freguesia de Vilarinho, para anexação à “Capela de Nossa Senhora das Dores”;-----

- Alteração da repartição dos encargos plurianuais com a execução da empreitada denominada “Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento – Reabilitação dos Edifícios da Quinta de Fora do Mosteiro de S. Bento”;-----

- Aprovação do Regulamento das Feiras Urbanas de Artesanato, colecionismo e antiguidades;-----

- Aceitação da concessão de benefícios fiscais em sede de IMT e IMI à sociedade CASFIL – Indústria de Plásticos, S.A.;-----

- Promover a dissolução, liquidação e partilha da sociedade “IN TIRSO – Sociedade de Investimentos de Santo Tirso, S.A.”;-----

- Autorizar a assunção de compromissos plurianuais com os seguintes contratos:-----

- Renovação do contrato de prestação de serviços tendo por objeto a limpeza do

“edifício ambiente”.-----

- Celebração de contrato de prestação de serviços com a Fundação de Santo Thyrsso, nos termos da deliberação da câmara municipal de 23/05/2012 (item 9.A) da respetiva ata);-----

- Celebração de contrato de prestação de serviços com a ESAD – Escola Superior de Artes e Design, nos termos da deliberação da câmara municipal de 23/05/2012 (item 9.B) da respetiva ata);-----

- Celebração de contrato de prestação de serviços com a sociedade Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento S.A., nos termos da deliberação da câmara municipal de 06/06/2012 (item 9.B) da respetiva ata);-----

- Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a gestão de subprodutos de origem animal e de resíduos hospitalares perigosos dos grupos III e IV;-----

- Autorização genérica para a câmara municipal e Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, assumirem compromissos plurianuais, nos termos que constam da proposta aprovada pela câmara municipal em reunião de vinte e sete de junho findo (item 2 da respetiva ata);-----

- Autorizar a assunção de compromissos plurianuais com a celebração dos seguintes contratos de prestação de serviços:-----

- Elaboração do projeto de arquitetura e de acessibilidades relativo à requalificação do edifício e área envolvente ao moinho adjacente à ponte sobre o rio Ave, mediante procedimento por ajuste direto com consulta à sociedade Nuno Sampaio, Arquitecto Lda;-----

- Elaboração dos projetos de especialidades gerais, relativos à requalificação do mesmo edifício, mediante procedimento por ajuste direto com consulta à sociedade PROAFA, Serviços de Engenharia, S.A.;-----

- Elaboração do projeto das especialidades eletromecânicas para a requalificação do mesmo edifício, mediante procedimento por ajuste direto, com consulta à sociedade GET, Gestão de

Reunião : ORDINÁRIA



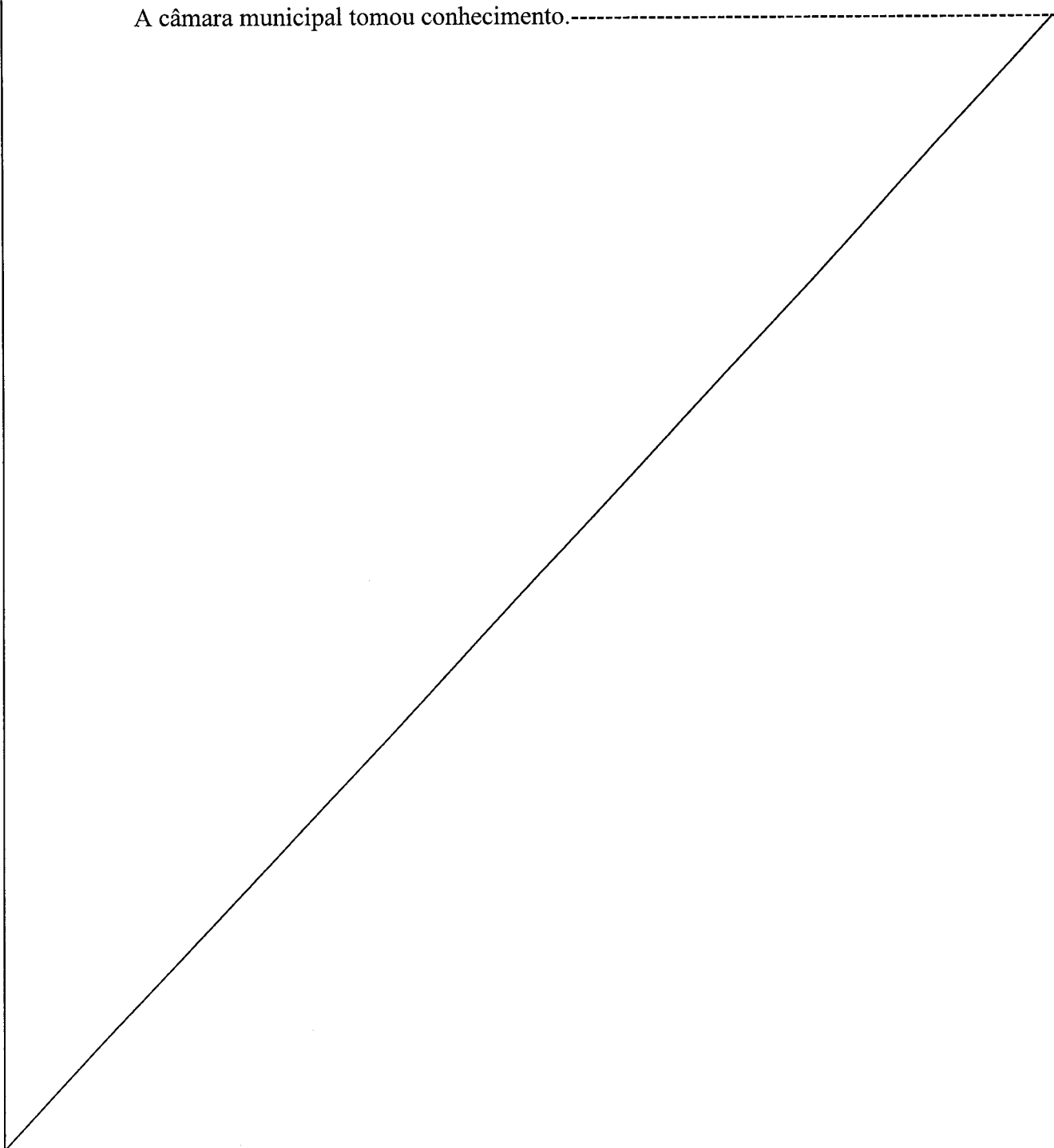
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 14 Fl. 13
12 de julho de 2012

[Handwritten signature]

Energia Térmica Lda.-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----





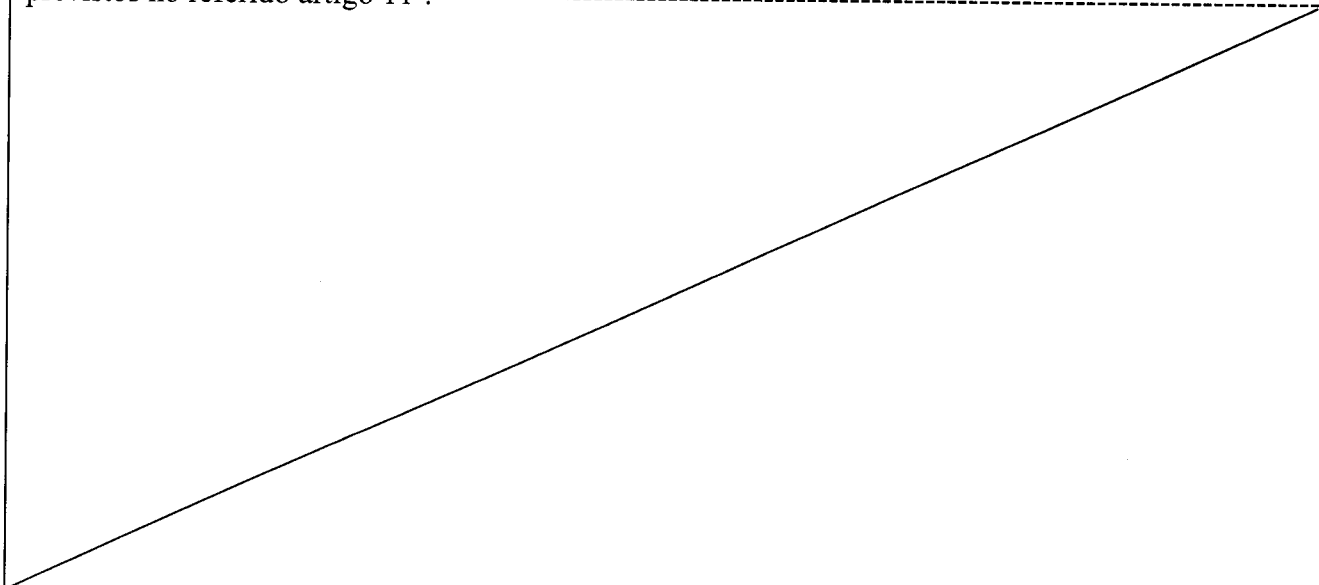
3. ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: PARECER PREVISTO NO N.º 4 DO ARTIGO 11º DA LEI 22/2012, DE 30 DE MAIO: CONHECIMENTO.-----

Presente ofício de vinte de junho findo, da assembleia de freguesia de Vila das Aves, a comunicar que a assembleia de freguesia de Vila das Aves, em reunião realizada no dia dezasseis do mesmo mês, aprovou por unanimidade, para efeitos do disposto no n.º4 do artigo 11º da Lei 22/2012, de 30 de maio, o seguinte parecer:-----

“É parecer da Assembleia de Freguesia de Vila das Aves que a agregação de Vila das Aves com qualquer outra freguesia no âmbito da Reforma Administrativa regulada pela Lei 22/2012 de 30 de maio não é desejada nem aceitável, tendo em consideração todos os fundamentos das propostas apresentadas no decorrer desta reunião, que foram aceites sem reservas e considerados parte integrante desta deliberação pelo que lhe serão apensos”.-----

Com o referido ofício, são remetidas as propostas apresentadas naquela reunião, das quais se juntam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

A câmara deliberou tomar conhecimento e remeter à assembleia municipal para os efeitos previstos no referido artigo 11º.-----



Anexo 15
10/6/2012

A Assembleia de Freguesia de Vila das Aves, reunida em 16 de Junho de 2012, delibera aprovar, no cumprimento do disposto no artigo 11º da Lei 12/2012, o seguinte parecer:

Parecer

Considerando o interesse público, a realidade local, as especificidades territoriais da freguesia e da sua envolvente e circunstâncias de carácter histórico e sociocultural que se detalham mais adiante, parece-nos que NÃO É ADEQUADA qualquer solução de reorganização administrativa que envolva a agregação da freguesia com outra ou outras do concelho de Santo Tirso e que, conseqüentemente, deverá a Assembleia Municipal, no âmbito da sua pronúncia sobre a reorganização administrativa das freguesias do concelho, propor que a freguesia de Vila das Aves mantenha a sua dimensão e condição atual.

A Assembleia de Freguesia está convicta de que nenhuma solução de agregação no quadro da atual lei interessa à população e de que tal nunca seria voluntariamente aceite, tendo em conta a auscultação feita da opinião pública em fóruns locais no período de discussão da proposta que deu origem à lei promulgada.

Está também a Assembleia de Freguesia profundamente convencida de que aquilo que preconiza tem cabimento e sustentação técnica e legal visto que quer os princípios expressos (artº 3º) quer as orientações “meramente indicativas” (artigo 8º) da Lei não excluem a possibilidade de outras soluções que melhor sirvam os interesses das populações.

Fundamentos:

Como fundamentos para a justificação do presente parecer e com o sentido de reforçar a importância da deliberação, cumpre-nos apresentar:

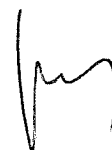
- uma possível agregação com freguesias do concelho não é do interesse geral, o que se comprova com o facto de, há pouco mais de uma década, ter sido enviada à Assembleia da República uma petição com milhares de assinaturas solicitando a agregação da nossa freguesia com as de Riba d'Ave (concelho de Famalicão) e de Lordelo (concelho de Guimarães), em termos de concelho, solução que não é contemplada na lei atual.

- e outra qualquer associação não é desejada agora nem o foi nunca.

- a realidade local, de uma freguesia cuja população ~~que~~ supera a de quase trinta por cento dos municípios de Portugal Continental, (80 em 278), e que não pode considerar-se, por isso, ter falta de dimensão e de escala;

- a realidade local de um território delimitado por dois rios, sendo que o Rio Vizela é fronteira física natural com as freguesias contíguas do concelho, o que leva a considerar-se muito mais natural a eventualidade de associação atrás referida com as freguesias - doutros concelhos - em relação às quais as nossas fronteiras são ténues e tantas vezes mal definidas.

- apesar da circunstância de ser a nossa freguesia a de maior população e com maior concentração de equipamentos coletivos do conjunto das freguesias da zona nascente do concelho de Santo Tirso, podendo por isso ser eventualmente considerada “preferencial polo de atração”, a história de luta recente (menos de 10 anos) pela atribuição do nome correto à



estação do caminho-de-ferro, culminando um processo de mais de 70 anos de reivindicação contra a utilização do nome de freguesia vizinha, desaconselha a promoção da agregação de freguesias que se encontram há muito de costas voltadas. Acresce que ambas as freguesias bem como outras pressupostamente contíguas, dispõem de escolas, creches, associações e lares de idosos e outros equipamento adequados à sua população e a agregação de freguesias não modificaria em nada a respetiva adequação à escala de cada freguesia.

- a centralização dos serviços locais prestados pelas Juntas de Freguesia numa das freguesias de uma possível agregação só poderia resultar em ineficiência e diminuição da qualidade do serviço pelo ~~do~~ facto de a rede viária, no que respeita à ligação entre freguesias, se estruturar sobre uma estrada nacional (EN 105) sempre congestionada.

- Importa ainda considerar que se a lei pretende a criação de "escala e dimensão demográfica adequadas", não podemos esquecer que a nossa freguesia, sozinha, ainda teria população acima da média do concelho mesmo que o concelho perdesse metade das freguesias. E isto, para além de resultar duma dinâmica económica e social própria, tem também uma justificação histórica: a atual freguesia de Vila das Aves resulta da fusão de três freguesias mais pequenas, realizada na reorganização administrativa de 1835: as freguesias de Romão e de Sobrado foram então incorporadas na de S. Miguel das Aves, a atual Vila das Aves.

- não parece que seja indispensável, no caso de freguesias como a nossa, aumentar a população e o território da freguesia para aprofundar a capacidade de intervenção da Junta de Freguesia. De facto, foi com a dimensão territorial atual e com população consistentemente crescente que, durante décadas e com parcas receitas, diminutos apoios da Câmara e do Estado e muita dedicação e empenho dos seus habitantes e dos seus autarcas que a Junta de Freguesia providenciou a criação de escolas, a iluminação pública e a distribuição de energia elétrica, a distribuição de água, a abertura de ruas e caminhos, etc. De facto, só nas últimas duas ou três décadas se começou a sentir o retorno dos impostos pagos pela população e pelas atividades económicas no investimento local. Mas isso não impede que tire a conclusão de que só poderia haver maior eficiência da intervenção da Junta se ela tivesse mais atribuições, competências e recursos, porque a "escala e dimensão demográfica" são mais do que adequadas. E, seguramente, o mesmo se passa com as freguesias vizinhas.

- Finalmente, estamos certos de que a reorganização administrativa não pretende a criação de agregações que possam passar por pequenos concelhos, dissimulados em grandes Juntas de Freguesia, contrapondo-se aos concelhos atuais. E, por isso, não está a nossa freguesia na disposição de ser considerada "como preferencial polo de atração das freguesias contíguas" e muito menos está na disposição de ser atraída por outro polo qualquer. Esperamos, isso sim, o aprofundamento da capacidade de intervenção da Junta de Freguesia e o alargamento das suas atribuições, competências e recursos de tal forma que se torne esta autarquia numa instituição capaz, respeitada e digna na nossa organização administrativa.

António Carlos Ferreira
em nome do grupo do PSD

Movimento Independente "Unir para Crescer"

Assembleia de Freguesia de Vila das Aves, 16 de Junho de 2012

Anexo 6
16/6/2012

A)

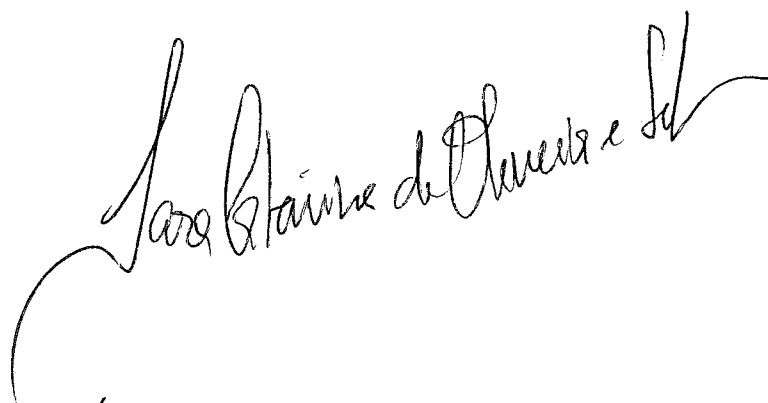
Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e Srs. Secretários,
Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restante Executivo,
Sras. e Srs. Deputados,
Avenses,

Parecer da Assembleia de Freguesia nos termos do artigo 11º da Lei nº 12/2012

A reorganização administrativa territorial e autárquica está assente em objectivos, princípios e parâmetros de agregação que, no nosso entender, em nada serve os interesses dos Avenses e de Vila das Aves.

Neste sentido o Movimento Independente "Unir para Crescer" entende que a freguesia de Vila das Aves não se deve agregar a qualquer freguesia limítrofe, mantendo a configuração actual e a individualidade, muito reforçadas pelas nossas características geográficas e demográficas.

Caminharemos lado-a-lado e unidos a todos aqueles que tentarão a manutenção, preservação, reafirmação e valorização da nossa identidade histórica, social, económica e cultural.



João António de Oliveira e Silva

VILA DAS AVES SEMPRE

Anexo 718

16/6/2012

A.A.

O presente documento constitui a proposta de parecer sobre a reorganização administrativa territorial autárquica dos deputados da Assembleia de Freguesia de Vila das Aves eleitos pelo Partido Socialista, efetuada no termos do n.º 4 do art.º 11 da Lei n.º 22/2012 de 30 de maio.

Os deputados da Assembleia de Freguesia de Vila das Aves eleitos pelo Partido Socialista consideram esta Lei um ataque à autonomia do poder local e uma completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do Poder Local.

Esta Lei representa a liquidação daquilo que o Poder Local representa enquanto conquista de Abril: um poder local amplamente participado, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia.

No que se refere à agregação de freguesias, na generalidade, consideramos que:

- A agregação de freguesias não conduz à redução da despesa pública, uma vez que as Juntas de Freguesia representam cerca de 0,1% da despesa pública. Ora, não é possível reduzir o que já é quase inexistente!
- A agregação de freguesias pode levar ao aumento da despesa pública devido, por exemplo, ao aumento do número de Presidentes de Junta a tempo inteiro.
- As Juntas de Freguesia desenvolvem serviços relevantes de proximidade e têm relações de vizinhança e confiança com os seus fregueses, o que permite uma mais rápida, eficaz e eficiente resolução dos problemas quotidianos e uma ampla participação pública. Com a agregação de freguesias o poder fica mais concentrado e distante dos fregueses.
- De acordo com o n.º 4 do art.º 10º da referida Lei, a participação no FFF da freguesia criada por agregação é aumentada em 15%. Mas tal não representa um aumento da verba disponível para as freguesias, mas sim uma redistribuição de fundos, ou seja, as freguesias que não se agregarem, ou que se agregarem de forma não

voluntária, perdem financiamento e esse dinheiro será entregue às freguesias agregadas!

- A reorganização administrativa territorial autárquica está a ser imposta de “cima para baixo” e envolta em muita contestação popular.
- A reorganização administrativa territorial deveria ter-se iniciado pela definição das competências e do financiamento das Juntas de Freguesia, que de acordo com a Lei será definida em diploma próprio (a publicar sabe-se lá quando).
- É dado um tratamento diferenciado às freguesias e aos concelhos, estes últimos apenas “aconselhados” a agregar, quando se sabe que a agregação de municípios traria uma grande redução da despesa pública.
- As Juntas de Freguesia têm desenvolvido um importante trabalho em prol da população, associações e instituições locais.
- O próprio Governo, através de uma nota do Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, datada de 17/10/2011, reconhece que as freguesias sempre se souberam assumir como elementos decisivos na consolidação dos traços marcantes das várias identidades locais e, desse modo, da identidade nacional, bem como, não menos importante, sempre se constituíram como estruturas de referência na prestação de serviços públicos de proximidade às populações, em domínios que se foram revelando cada vez mais diversificados.

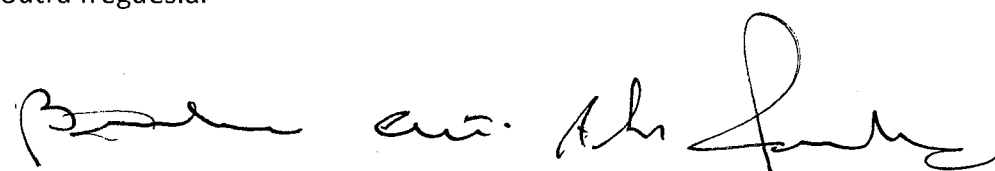
Pelos motivos elencados somos contra a agregação de freguesias, na generalidade. Mas somos ainda mais contundentes no que respeita à freguesia de Vila das Aves.

SOMOS CONTRA A AGREGAÇÃO DE VILA DAS AVES COM QUALQUER OUTRA FREGUESIA.

Somos contra a agregação de Vila das Aves com qualquer outra freguesia porque:

- Vila das aves tem identidade histórica, cultural e social
- Vila das Aves tem características físicas e geográficas que a distinguem das freguesias vizinhas
- Vila das Aves tem mais população do que muitos municípios portugueses

Por tudo isto, consideramos fundamental a manutenção da identidade e da individualidade da freguesia de Vila das Aves, pelo que não aceitaremos a agregação de Vila das Aves a qualquer outra freguesia.



em nome do P.S.



A
H

4. EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À OBRA DENOMINADA “ARRUAMENTO DE LIGAÇÃO DA NOVA PONTE À EN 204 E À RUA ALEXANDRE LIMA CARNEIRO” (PARCELA 2): PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO EM DÍVIDA NO MONTANTE DE 464.995,72 €: RATIFICAÇÃO.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e um de setembro de dois mil e onze (item quatro da respetiva ata), que decidiu aceitar o despacho judicial de não admissão do recurso de revista interposto pelo município de Santo Tirso do Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de onze de abril de dois mil e onze, que fixou a indemnização a pagar pela expropriação da parcela de terreno em causa, no montante de 623.275,98 € (seiscentos e vinte e três mil duzentos e setenta e cinco euros e noventa e oito centavos), o Tribunal de 1ª instância notificou agora a câmara municipal de Santo Tirso para efeitos do disposto no artigo 71º do Código das Expropriações;-----

Pelo que, em vinte e quatro de maio último, foi depositada à ordem do Tribunal Judicial de Santo Tirso – 1º Juízo Cível – Processo n.º 510/2002 a quantia em dívida de 464.995,72 € (quatrocentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco euros e setenta e dois centavos), já com a atualização prevista no n.º 1 do artigo 24.º do Código das Expropriações;-----

Considerando que o montante indemnizatório fixado excede o limite das competências do presidente em matéria de realização de despesas, submete-se à ratificação da câmara municipal a decisão de autorização daquele depósito, efetuado em cumprimento de uma decisão judicial.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar a decisão de autorização do referido depósito.-----



5. CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTO DE ACESSO AO POLIDESPORTIVO DE ÁGUA LONGA: ALTERAÇÃO DA ÁREA E DELIMITAÇÃO DA PARCELA DE TERRENO IDENTIFICADA NA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 11/03/2009 (ITEM 11 DA RESPETIVA ATA).-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de vinte e seis de junho findo, registada com o número II_0725/2012, a comunicar que para execução do acesso (arruamento, passeios e zonas de estacionamento) ao Polidesportivo de Água Longa se torna necessário adquirir uma área adicional de 76 m² (setenta e seis metros quadrados) relativamente à parcela de terreno que foi adquirida por escritura pública celebrada em dezanove de agosto de dois mil e nove.-----

Os proprietários do terreno declararam aceitar a alteração e delimitação da área de terreno a vender ao município de Santo Tirso, sem qualquer acréscimo de preço.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse alterar a área e delimitação da parcela de terreno descrita na aludida deliberação de onze de março de dois mil e nove, que passa a ter a seguinte descrição:-----

PARCELA DE TERRENO:-----

Parcela de terreno com a área de 2.692 m² (dois mil seiscentos e noventa e dois metros quadrados), sita no lugar de Curções ou Sobradelo, freguesia de Água Longa, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte com o lote nº4 do loteamento titulado pelo alvará nº 6/2004, de Sul com Rua das Encostas, de nascente com o Polidesportivo e Longa Market – Supermercados Lda e de poente com o lote nº6 do referido loteamento, Américo de Sousa Carneiro Pacheco e Escola de Arcozelo, a qual é desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº711/19991029 (sete um um / um nove nove nove um zero dois nove) e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 1582 (mil quinhentos e oitenta e dois), melhor identificada a cor verde na planta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, propriedade de Celina Moreira Pereira e marido Manuel Bento da Cruz, casados

Reunião : ORDINÁRIA



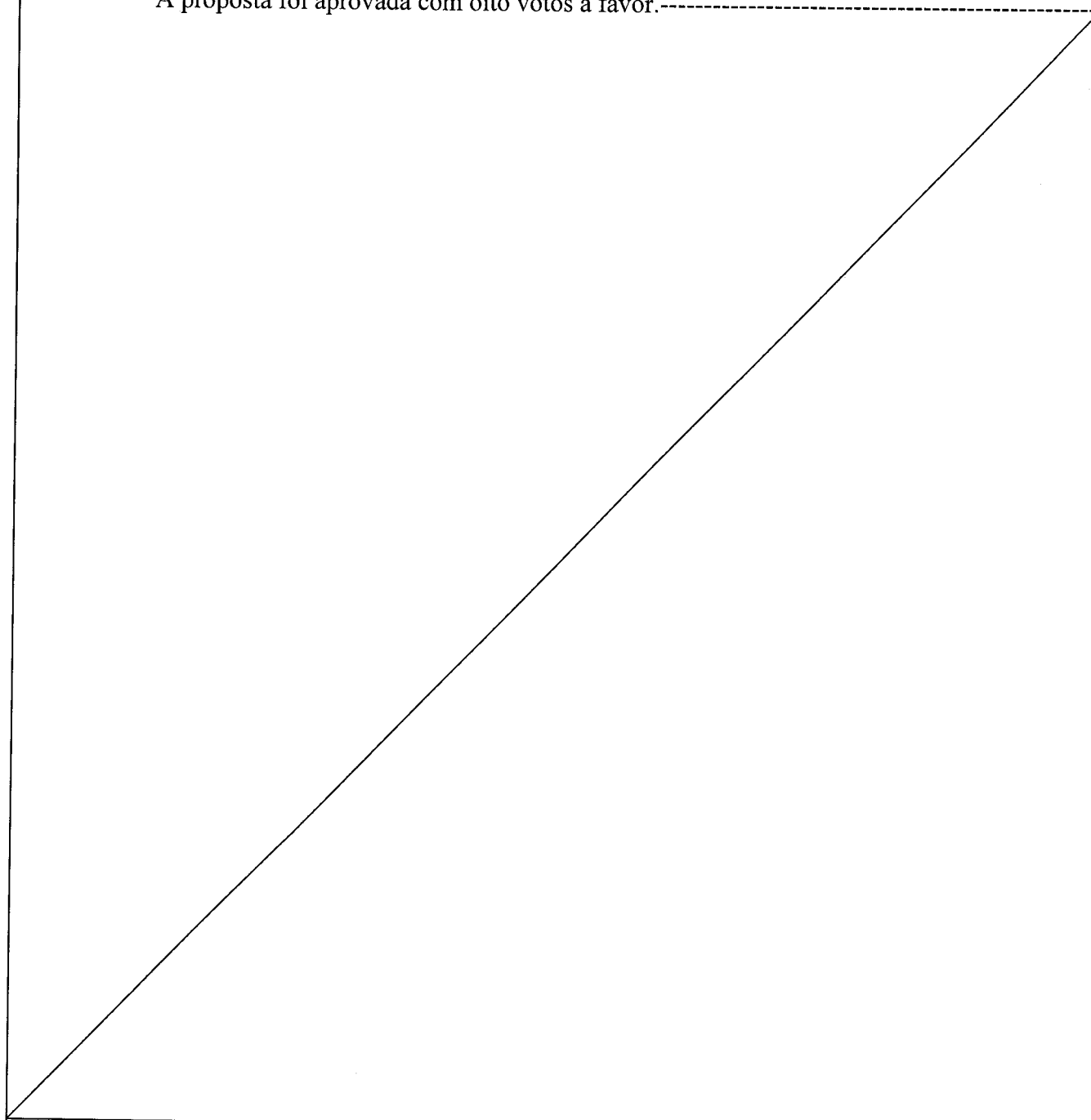
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 14 Fl. 23
12 de julho de 2012

[Handwritten signature]

em regime de comunhão geral de bens, residentes na Rua da Cruz Vermelha, nº 8, da referida freguesia e concelho, contribuintes fiscais nº 134 719 476 e 130 704 113, respetivamente.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Legenda:

- Proprietário - Manuel Bento da Cruz
- Área total da parcela= 2.692m²



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Acesso ao Polidesportivo - Água Longa

Planta de localização da parcela destinada à para execução do acesso

Localização
Água Longa - Santo Tirso

Autor	Rubrica do autor	Colaboradores	Coordenador
Sara Cidade			Lúcia Rodrigues

Escala: 1:1000



Entidade proprietária da cartografia Câmara Municipal de Santo Tirso	Entidade Produtora ARTOP	Data edição 31/09/2000	Série cartográfica oficial Não aplicável	Homologação oficial IGP - 21 Maio 2004
Sistema de projecção Hayford Gauss	Datum Datum 73	Projeção Cartográfica Gauss	Exatidão posicional e temática Exatidão planimétrica: 1m	Exatidão altimétrica: 1.15m
			Exatidão temática: 90%	

Referência	SGD	Registo	Substitui	Substituído	Data	Folha
416					Jun 2012	01



M.026GR

6. PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO: APROVAÇÃO DA CANDIDATURA N.º 071791/2012/23 – FORMAÇÕES MODULARES CERTIFICADAS: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO.-----

Presente ofício de vinte e seis de junho findo, da Comissão Diretiva do Programa Operacional Potencial Humano, registado com o número seis mil novecentos e sessenta e oito, a notificar a decisão de aprovação da candidatura n.º 071791/2012/23, no âmbito da tipologia 2.3 – Formações Modulares Certificadas.-----

A candidatura em causa, com um valor elegível de 290.175,00 € (duzentos e noventa mil cento e setenta e cinco euros), comparticipados em 70% (setenta por cento) pelo Fundo Social Europeu, o que representa uma despesa da autarquia no valor de 87.052,50 € (oitenta e sete mil e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), prevê a realização de formações de curta duração dirigida a 900 formandos, nas seguintes áreas:-----

- Serviços de apoio a crianças e jovens (761);-----
- Comércio (341);-----
- Proteção de pessoas e bens (861);-----
- Hotelaria e restauração (811) e-----
- Ciências Informáticas (481).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aceitar as condições de aprovação da referida candidatura, nos termos que constam da decisão de aprovação e termo de aceitação que se anexam à ata da presente reunião e dela ficam a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subseqüentes seis folhas.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

DECISÃO DE APROVAÇÃO
(Emitido em Duplicado)

Nº e Título do Projeto: 071791/2012/23 - Formações Modulares Certificadas

Entidade 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

Beneficiária:

Entidade adjudicante nos termos do nº.1 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos.

Resumo do Projecto

Solicitado

Área de Formação	Volume de Formação	N.º de Formandos
761 - Serviços de apoio a crianças e	15000	300
341 - Comércio	6000	120
861 - Protecção de pessoas e bens	4500	90
811 - Hotelaria e restauração	4500	90
481 - Ciências informáticas	15000	300
TOTAIS	45000	900

A aprovar

Área de Formação	Volume de Formação	N.º de Formandos
761 - Serviços de apoio a crianças e	15000	300
341 - Comércio	6000	120
861 - Protecção de pessoas e bens	4500	90
811 - Hotelaria e restauração	4500	90
481 - Ciências informáticas	15000	300
TOTAIS	45000	900

DECISÃO DE APROVAÇÃO
(Emitido em Duplicado)

Nº e Título do Projeto: 071791/2012/23 - Formações Modulares Certificadas

Entidade 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

Beneficiária:

Entidade adjudicante nos termos do nº.1 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos.

Estrutura de Financiamento / Ano Civil

Anos	2012	2013	Total	Percentagem %
Contribuição FSE	110 794.09	92 328.41	203 122.50	70.00
Contribuição Pública Nacional	47 483.18	39 569.32	87 052.50	30.00
Orçamento da Segurança Social (OSS)	0.00	0.00	0.00	0.00
Outra	47 483.18	39 569.32	87 052.50	30.00
Financiamento Público	158 277.27	131 897.73	290 175.00	100.00
Contribuição Privada	0.00	0.00	0.00	0.00
Receitas	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL	158 277.27	131 897.73	290 175.00	100.00

Financiamento Público / Custo Total (%) (Taxa de co-financiamento): 100%

DECISÃO DE APROVAÇÃO

(Emitido em Duplicado)

Nº e Título do Projeto: 071791/2012/23 - Formações Modulares Certificadas

Entidade: 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

Beneficiária:

Entidade adjudicante nos termos do nº.1 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos.

Estrutura de Custos

Rubrica	Montante Solicitado	Montante a Aprovar	Taxa de Aprovação %
1. Encargos com formandos	69 000.00	69 000.00	100.00
1.1 Bolsas para material de estudo	0.00	0.00	0.00
1.2 Bolsas de profissionalização	0.00	0.00	0.00
1.3 Bolsas de formação	0.00	0.00	0.00
1.4 Encargos Salariais dos activos em formação	0.00	0.00	0.00
1.5 Encargos com alimentação	64 050.00	64 050.00	100.00
1.6 Encargos com transportes	0.00	0.00	0.00
1.7 Encargos com alojamento	0.00	0.00	0.00
1.8 Outros encargos	4 950.00	4 950.00	100.00
2. Encargos com formadores	88 481.25	86 175.00	97.39
2.1 Remunerações dos formadores	76 106.25	73 800.00	96.97
2.1.1 Internos permanentes de nível 1 a 3	0.00	0.00	0.00
2.1.2 Internos permanentes de nível 4 a 5	0.00	0.00	0.00
2.1.3 Internos eventuais/contratados de nível 1 a 3	0.00	0.00	0.00
2.1.4 Internos eventuais/contratados de nível 4 a 5	0.00	0.00	0.00
2.1.5 Externos de nível 1 a 3	76 106.25	73 800.00	96.97
2.1.6 Externos de nível 4 a 5	0.00	0.00	0.00
2.2 Outros encargos	12 375.00	12 375.00	100.00
3. Encargos com outro pessoal afecto ao projecto	55 125.00	47 250.00	85.71
4. Rendas, Alugueres e Amortizações	39 375.00	33 750.00	85.71
5. Enc. directos com a prep., des., acomp. e aval.	47 250.00	40 500.00	85.71
6. Encargos gerais do projecto	15 750.00	13 500.00	85.71
7. Encargos com a promoção e coordenação da CIF	0.00	0.00	0.00
8. Despesas com a transnacionalidade	0.00	0.00	0.00
Total	314 981.25	290 175.00	92.12

Data ____/____/____

A Comissão Directiva do POPH

TCur

A Vogal Executiva
Margarida Filipe

TERMO DE ACEITAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO
(Emitido em Duplicado)

Nº e Título do Projeto: 071791/2012/23 - Formações Modulares Certificadas

Entidade: 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

Beneficiária:

Entidade adjudicante nos termos do nº.1 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos.

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de dezembro, declara-se que se tomou conhecimento da decisão de aprovação referente ao pedido acima indicado e que a mesma é aceite nos seus precisos termos, obrigando-se, por esta via, ao seu integral cumprimento;

2. Declara-se que se assume o compromisso de respeitar as disposições legislativas e regulamentares respeitantes à apresentação do pedido de alteração, bem como as relativas à contratação de outra(s) entidade(s) para a realização do pedido, nos termos do artigo 20.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de dezembro, sob pena de redução do financiamento correspondente ao projeto em causa;

3. Mais se declara:

a) que os apoios serão utilizados com rigoroso respeito pelas disposições legislativas, regulamentares, comunitárias e nacionais, aplicáveis;

b) que se tem perfeito conhecimento de que a condenação em processo crime ou contraordenacional por violação da legislação sobre o trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde é inibidora do acesso ao financiamento do FSE pelo prazo de 2 anos, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo, resultar prazo superior, caso em que se aplica este último;

c) que se assume o compromisso de organizar e manter permanentemente atualizados os processos contabilístico e técnico-pedagógico, previstos, respetivamente, nos artigos 31.º e 32.º do citado Decreto Regulamentar, disponibilizando-os, em qualquer momento, para consulta das entidades legalmente autorizadas a fazê-lo;

d) que se tem perfeito conhecimento de que, sendo a entidade formadora, só excecionalmente poderá contratar a prestação de serviços a outra(s) entidade(s) certificada(s) para a realização da formação e apenas nos casos em que o seu perfil de certificação seja manifestamente insuficiente para a realização integral do projeto;

e) que se assume o compromisso de, sempre que as ações sejam realizadas por terceira entidade, fazer constar, no contrato de prestação de serviços, a exigência de organização documental definida nos artigos 31.º e 32.º do mencionado Decreto Regulamentar, bem como o dever de sujeição a ações de verificação, auditoria e avaliação por parte das autoridades de gestão e de controlo do FSE;

f) que se assume o compromisso de fornecer à autoridade de gestão informação sobre a execução física e financeira do projeto, com a periodicidade pela mesma definida;

g) que se tem perfeito conhecimento de que, no caso dos pedidos plurianuais, deverá ser apresentado, até 15 de fevereiro de cada ano, informação anual de execução, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, sobre a execução física e financeira da candidatura, de acordo com o estipulado no nº 6 do artigo 40º do citado Decreto Regulamentar;



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

30

TERMO DE ACEITAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO

(Emitido em Duplicado)

Nº e Título do Projeto: 071791/2012/23 - Formações Modulares Certificadas

Entidade 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

Beneficiária:

Entidade adjudicante nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos.

h) que se tem perfeito conhecimento de que, no caso de pedidos plurianuais, a não execução integral ou a execução superior do financiamento aprovado para o 1º ano civil, implica, respetivamente, a transição automática das verbas não executadas para o ano civil seguinte, ou a redução do montante aprovado no ano civil seguinte, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis aos pedidos plurianuais;

i) que se tem perfeito conhecimento de que a prestação final de contas à autoridade de gestão e o correspondente pedido de pagamento de saldo final deverão ser impreterivelmente apresentados até 45 dias após a data de conclusão do projeto, sob pena de ser revogada a decisão de concessão do financiamento, conforme se estabelece na al. c) do artigo 44.º do citado Decreto Regulamentar;

j) que se tem perfeito conhecimento de que os pedidos de reembolso e a prestação final de contas deverão ser obrigatoriamente submetidos à apreciação e validação por um técnico oficial de contas (TOC) ou, quando as entidades beneficiárias sejam entidades da Administração Pública, pelo competente responsável financeiro;

l) que se tem perfeito conhecimento das obrigações decorrentes do recebimento indevido de verbas, designadamente quanto aos prazos para efetuar as restituições ao IGFSE, I.P. e ao pagamento, em caso de incumprimento, de juros de mora, como se prevê no n.º 3 do artigo 45.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;

m) que se tem perfeito conhecimento de que, em caso de revogação da decisão de aprovação da candidatura, independentemente da respetiva causa, se obriga a restituir os montantes recebidos, acrescidos de juros calculados à taxa legal nos termos do n.º 6 do citado artigo 45.º;

n) que se tem perfeito conhecimento de que, nos termos conjugados do disposto nos artigos 33.º e 41.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, a decisão sobre o pedido de pagamento do saldo final pode ser revista até 31 de dezembro de 2020, com fundamento, nomeadamente, em auditoria contabilístico-financeira, assumindo o compromisso de, até esta data, conservar e manter à disposição das autoridades comunitárias e nacionais todos os documentos que integram os processos contabilístico e técnico-pedagógico;

o) que se tem perfeito conhecimento de que nos locais onde decorre o projeto deverão ser afixados cartazes contendo a publicitação do financiamento pelo FSE e pelo Estado Português e as insígnias nacional e da União Europeia, que deverão constar, também, nomeadamente nos anúncios publicados ou editados por qualquer meio de comunicação, nas capas ou contracapas de materiais documentais, tais como estudos e recursos técnico-pedagógicos e manuais, nos diplomas ou certificados de frequência da ação de formação, nos seminários, workshops, ações de formação ou outros eventos, bem como nas infraestruturas, sob pena de redução do financiamento determinada em função da gravidade do incumprimento conforme previsto na al. i) do artigo 43.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;

p) que se tem perfeito conhecimento de que a recusa por parte das entidades beneficiárias de submissão ao controlo a que estão legalmente sujeitas constitui fundamento de revogação da decisão de aprovação da candidatura, ficando condicionado o acesso a apoios do FSE, nos 2 anos subsequentes, à prestação de garantia bancária nos termos previstos no n.º 5 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

31

TERMO DE ACEITAÇÃO DA DECISÃO DE APROVAÇÃO
(Emitido em Duplicado)

Nº e Título do Projeto: 071791/2012/23 - Formações Modulares Certificadas

Entidade 501306870 - MUNICIPIO DE SANTO TIRSO

Beneficiária:

Entidade adjudicante nos termos do nº.1 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos.

q) que se tem perfeito conhecimento de que o desrespeito dos normativos aplicáveis, designadamente os que se referem à contratação pública, determina a aplicação do princípio da redução proporcional do financiamento, em função da gravidade do incumprimento, conforme estabelecido na al. n) do artigo 43.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007;

r) que se tem perfeito conhecimento de que, ao abrigo do disposto na al. b) do artigo 30.º deste Decreto Regulamentar, a não devolução do presente Termo de Aceitação no prazo de 15 dias previsto no n.º 1 do artigo 29.º do mesmo diploma legal, determina a caducidade da decisão de aprovação da candidatura, salvo quando seja apresentado motivo justificativo aceite pela autoridade de gestão;

s) que se tem perfeito conhecimento de que os pagamentos estão condicionados aos fluxos financeiros comunitários e que nenhum pagamento será efetuado sem prévia comprovação da situação regularizada perante a Fazenda Pública e a Segurança Social;

t) que é titular da conta aberta no Banco _____

NIB _____, para a qual deverão ser transferidos os pagamentos dos apoios financeiros concedidos no âmbito da presente candidatura.

Data ____/____/____

Os Responsáveis (1),(2)

(1) Assinatura de quem tenha capacidade para obrigar a entidade, reconhecida nessa qualidade e com poderes para o ato. Quando se trate de organismos da Administração Pública deverá ser assinado por quem tenha competência para o efeito, devendo ser aposto o respetivo selo branco sobre a assinatura.

(2) Rubricar e autenticar todas as folhas deste documento incluindo anexos.

7. EMPREITADA: “ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE S. BENTO – REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA QUINTA DE FORA DO MOSTEIRO DE S. BENTO”: DECISÃO DE MANUTENÇÃO DA ADJUDICAÇÃO À SOCIEDADE SÁ MACHADO & FILHOS S.A.: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente carta datada de dois do corrente mês de julho, da sociedade Sá Machado & Filhos, S.A., adjudicatária da empreitada acima referida, a responder, em sede de habilitação, ao ofício da câmara municipal número dez mil trezentos e sessenta e sete, de vinte e cinco de junho findo, cujo teor aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

O assunto vem informado pela diretora do departamento administrativo, técnica superior jurista, pela informação registada com o número II_0756/2012, de seis do corrente mês de julho, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de seis do corrente mês de julho, exarado no rosto da aludida informação técnica, que decidiu manter a decisão de adjudicação da empreitada acima referida à sociedade Sá Machado & Filhos, S.A., não obstante esta ter dado entrada no Tribunal Judicial de Vila Verde de um Processo Especial de Revitalização, que corre termos no 2º Juízo daquele tribunal com o número 743/12.6TBVVD.-----

A câmara deliberou com oito votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----



8. EMPREITADA: “ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE S. BENTO – REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA QUINTA DE FORA DO MOSTEIRO DE S. BENTO”: APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----

Presente a minuta do contrato da empreitada acima referida, adjudicada à sociedade Sá Machado & Filhos S.A por deliberação da câmara municipal de seis de junho findo pelo preço contratual de 1.390.000,00 € (um milhão trezentos e noventa mil euros).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do contrato de empreitada em causa, e autorizar a celebração do respetivo contrato, desde que a adjudicatária apresente documento comprovativo de ter a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, em virtude do prazo de validade da declaração apresentada ter caducado no dia sete do corrente mês de julho.-----

Anexou-se à minuta da presente ata e dela ficou a fazer parte integrante, o que constituiu o anexo I da mesma, composto por dezanove folhas, a minuta do referido contrato de empreitada.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



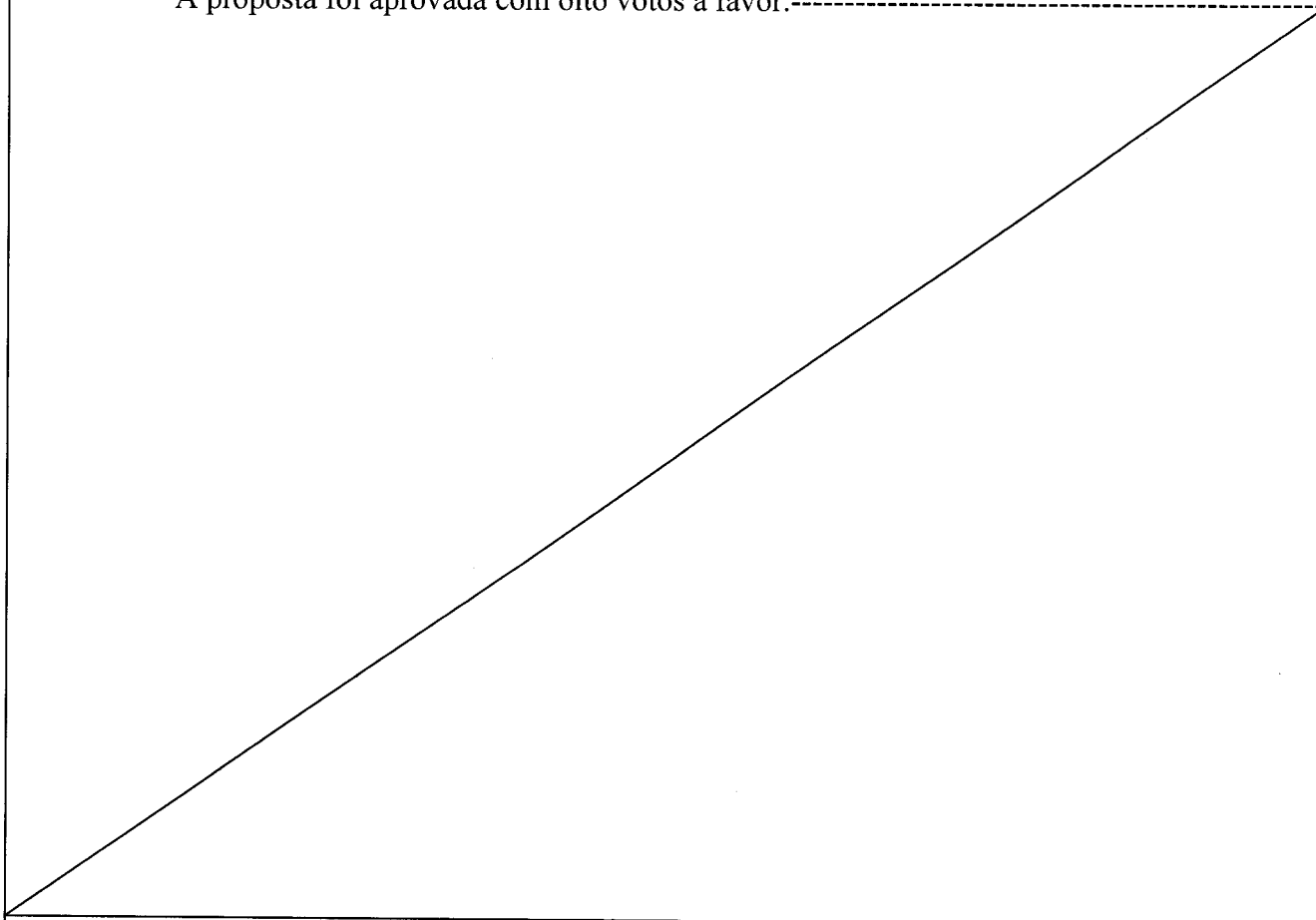
[Handwritten signature]

9. REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA OCUPACIONAL DOS TEMPOS LIVRES.-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de seis do corrente mês de julho, registada com o número II_0760/2012, a remeter proposta de Regulamento Municipal do Programa Ocupacional dos Tempos Livres, do qual se anexou cópia à minuta da presente ata e dela ficou a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, o que constituiu o anexo II da mesma, composto por cinco páginas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o projeto do referido Regulamento e submeter o mesmo a inquérito público pelo prazo de quinze dias úteis, a contar da data da sua publicitação em jornal de âmbito local.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



**10. OUTROS SUBSIDIOS.**-----**A) À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – PROJETO “CÓDIGOS DE VIDA”: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO.**-----

Presente ofício de oito de fevereiro último, da Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, registado com o número mil setecentos e setenta e nove, a solicitar a continuação do apoio da câmara municipal ao projeto “Códigos de Vida”, que tem por objetivo a reinserção de toxicodependentes abstinentes, promovendo a aquisição de competências sociais e pessoais, sensibilizar a sociedade no sentido de facilitar este processo e criar condições facilitadoras para a sua inserção profissional.

A divisão de ação social informa que o projeto em causa se tem revelado uma mais valia no concelho de Santo Tirso no âmbito da reinserção de toxicodependentes abstinentes, pelo que sugere a manutenção do subsidio à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, no montante de 2.700,00 € (dois mil e setecentos euros), para apoio ao arrendamento duma habitação sita em S. Tiago da Carreira, pelo período de nove meses (fevereiro a novembro de dois mil e doze).

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, na qualidade de parceiro do Programa de Respostas Integradas, promovido por duas instituições do concelho, Cruz Vermelha e a identificada Associação, que foi aprovado pelo Instituto da Droga e Toxicodependência, e no seguimento do que foi deliberado em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e nove, deliberasse atribuir à Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe um subsidio no montante global de 2.700,00 € (dois mil e setecentos euros) para apoio ao arrendamento da referida habitação, de fevereiro a novembro do ano em curso.

As despesas inerentes a esta deliberação serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2257/2012.



[Handwritten signature]

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 2643/2012, de dois do corrente mês de julho.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

[Large diagonal line crossing the page, likely a placeholder for a signature or stamp.]

10. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE REFOJOS: DESPESAS DE UTILIZAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS.-----

Presente ofício de quinze de junho findo, da junta de freguesia de Refojos, registado com o número seis mil trezentos e vinte e cinco, a solicitar pagamento da quantia global de 5.000,00 € (cinco mil euros) como contrapartida pela utilização do Parque Desportivo de Refojos pelo município de Santo Tirso.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A câmara municipal tem vindo a utilizar o parque desportivo de Refojos com a organização de eventos desportivos amadores;-----

A utilização do campo de jogos de Refojos, quer com a ocupação para treinos, quer com a realização de jogos no âmbito de competições oficiais, origina necessariamente despesas com a sua manutenção;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere pagar à junta de freguesia de Refojos a quantia de 5.000,00 € (cinco mil euros), como contrapartida da utilização desse equipamento desportivo, no 2º semestre de dois mil e onze e 1º semestre de dois mil e doze.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 020208, na qual tem cabimento conforme proposta de cabimento n.º 2339/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 2747/2012, de dez do corrente mês de julho.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



A
h

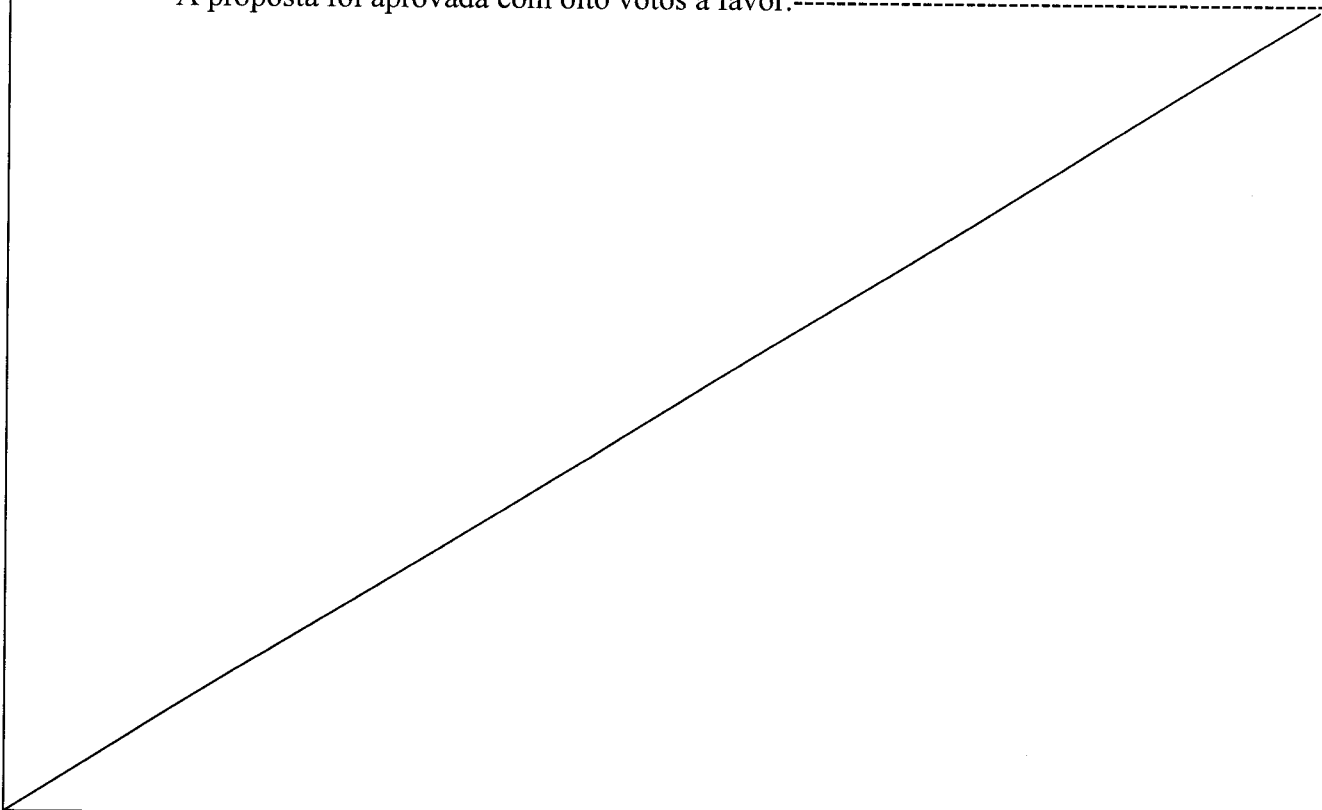
10. C) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. MARTINHO DO CAMPO – FESTAS DA VILA/2012-----

Presente ofício de vinte e três de maio último, da junta de freguesia de S. Martinho do Campo, registado com o número cinco mil quinhentos e sessenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as comemorações do 15º aniversário da elevação da freguesia à categoria de Vila.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de S. Martinho do Campo, um subsídio no montante de 1 500,00 € (mil e quinhentos euros), cuja despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2318/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 2716/2012, de nove do corrente mês de julho.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



10. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: “FESTAS DA VILA”/2012.-----

Presente ofício de quinze de maio último, da junta de freguesia de Rebordões, registado com o número cinco mil duzentos e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 15º aniversário da elevação da freguesia de Rebordões à categoria de Vila, que tiveram lugar no dia dezasseis de junho findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Rebordões um subsídio no montante de 1.400,00€ (mil e quatrocentos euros), a suportar pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2317/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 2715/2012, de nove do corrente mês de julho.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



[Handwritten signature]

10. E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, proponho a atribuição dos subsídios a seguir referidos, em resposta aos pedidos das respetivas comissões de festas:-----

- Comissão de Festas de S. Pedro de Agrela-----200,00 € (duzentos euros)

Esta comissão é representada por Maria Albina Alves Carneiro Rodrigues, conforme ofício registado na câmara municipal com o número seis mil cento e noventa e cinco / dois mil e doze.-----

- Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário – Vilarinho-----

-----300,00 € (trezentos euros)

Esta comissão é representada por José Agostinho Monteiro, conforme ofício registado na câmara municipal com o número trezentos e trinta / dois mil e doze-----

- Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário – Areias-----



-----250,00 € (duzentos e cinquenta euros)

Esta comissão é representada por Sandra Maria Martins Araújo Mendes, conforme ofício registado na câmara municipal com o número cinco mil novecentos e vinte e quatro / dois mil e doze.

- Comissão de Festas de S. Tiago de Rebordões-----

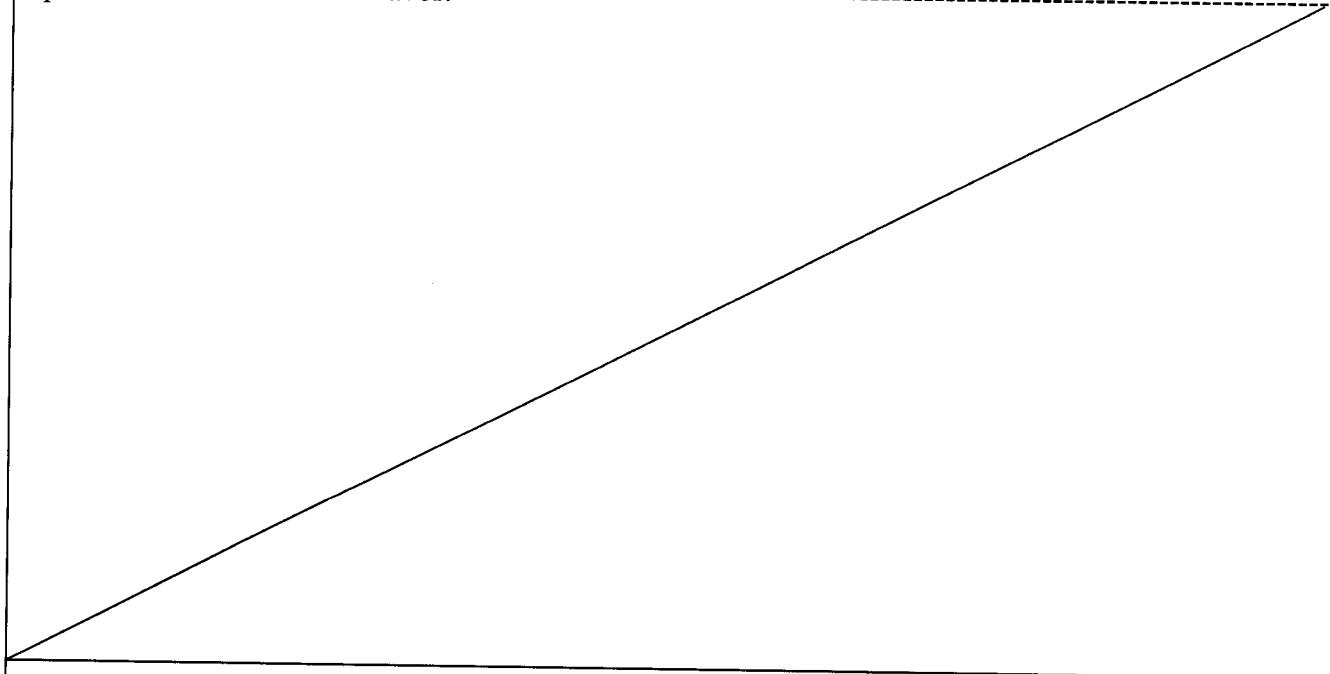
-----750,00 € (setecentos e cinquenta euros)

Esta comissão é representada por Firmino de Sousa Carvalho e Maria Aurora Carneiro Ferreira Carvalho, conforme ofício registado na câmara municipal com o número novecentos e quarenta e cinco/dois mil e doze-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme propostas de cabimento números 2316, 2323, 2320 e 2319, respetivamente, todas de dois mil e doze.-----

Os compromissos assumidos com a presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 2714/2012, de nove de julho; 2773/2012, desta data; 2720/2012 de nove de julho; e 2717/2012, de nove de julho, respetivamente.-----

A presente proposta de atribuição de subsídios às comissões de festas atrás referidas foi aprovada com oito votos a favor.-----





**10. F) AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS
N.º 93 – S. TOMÉ DE NEGRELOS: OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE:
PEDIDO DE SUBSIDIO.**-----

Presente ofício de quinze de abril último, do Agrupamento n.º 93 do Corpo Nacional de Escutas – S. Tomé de Negrelos, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com as obras de beneficiação do edificio sede daquele Agrupamento de Escuteiros.-----

A Divisão de Edifícios informa (informação n.º II_0648/2012) que a obra está concluída em condições aceitáveis. Mais informa que o valor total dos trabalhos executados é de 6.100,00 € (seis mil e cem euros).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Escuteiros n.º 93 – S. Tomé de Negrelos um subsidio no montante de 1.000,00 € (mil euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2337/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o n.º 2746/2012, de dez do corrente mês de julho.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----



X

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e quatro folhas, apenas utilizadas no anverso, que eu

Faria Adriana Saldado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Carlo

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 18 / 07 / 2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas nove da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana